

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁÇER DO SAL

Apurada a par
Racional, com 13 votos
a favor do COU, 8 votos
contra do PS, 1 voto a
favor da coligação Uila Alca
Sessão de 18.06.2021 e 1 voto
A Mesa. a favor
do BE

CEJ

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35

SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2021

ATA Nº 02

Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e um, nesta cidade de Alcácer do Sal, no Auditório Municipal, reuniu a Assembleia Municipal.

Foi efetuada a chamada pela Primeira Secretária da Mesa, tendo-se verificado que, compareceram nesta sessão, os seguintes Deputados: Maria Antónia Incenso dos Reis Mendes, Presidente da Assembleia Municipal, Maria de Fátima Martins Santos Leite, Primeira Secretária da Mesa, Vítor Manuel Elias Rosa, Segundo Secretário da Mesa, Serafim António Martins Inocêncio, Manuel Fernando da Silva Rocha, António José Freitas Grilo, José Manuel Mártires Balona, Mariana Antónia Caixeirinho, Laura Maria Loureiro Massano Balona (em regime de substituição), Ana Rita Martins Tavares, Jerónimo Jacinto de Almeida (em regime de substituição), Rui Damião Conceição da Silva, Ana Maria Tomás Cananão Guerreiro, Frederico Albuquerque D'Orey, António João Bragança Birra (em regime de substituição), Mafalda Sofia da Conceição Panóias, Ricardo Jorge Carqueijeiro Magalhães Campos, Filomeno Herlander Vieira Braz, Jacinto José Guerreiro Vinagre, Ana Helena Carvalho da Silva, Arlindo José Paulino de Passos, Presidente da União das Freguesias de Alcácer do Sal), José Luís Rodrigues Gonçalves (em regime de substituição do Presidente da Junta de Freguesia do Torrão), Deolinda da Conceição de Oliveira Florêncio, Presidente da Junta de Freguesia de Comporta e Albino António Batista Francisquinho, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho.

Compareceram também Vítor Manuel Chaves de Caro Proença, Presidente da Câmara Municipal, e os Vereadores Ana Luísa Alferes Pinto Soares, Manuel Vítor Nunes de Jesus, Vice-Presidente, Nuno Miguel Besugo Pestana, Clarisse Maria Gaudino Veredas Campos, Gabriel Afonso Leal Geraldo e Mara Eloisa Pimentas Marques.

Verificou-se a ausência dos seguintes Deputados, Luzia Maria Carvalho Maurício, Maria Antónia Foito Crespo, Pedro Miguel Coelho Marrilhas e Hélder Manuel Telo Montinho, tendo os mesmos apresentado justificações, que ficam arquivadas em pasta anexa à ata.

A Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou os presentes e informou que o Deputado Gonçalo José Neto Nunes tinha renunciado ao mandato e, assim, iria dar a posse à cidadã Ana Rita Martins Tavares.

A Presidente da Assembleia deu posse à Deputada Ana Rita Martins Tavares.

36 A Primeira Secretária da Mesa, Maria de Fátima Leite fez a leitura da Ata do Termo de Posse da
37 Deputada Ana Rita Martins Tavares.

38

39 Pelas dezoito horas e quarenta e cinco minutos, a Presidente da Assembleia Municipal, deu início
40 aos trabalhos, tendo de acordo com o artigo 19.º do Regimento, iniciado os mesmos, com o
41 período antes da ordem do dia:

42

43 Pelo Segundo Secretário da Mesa, Vítor Manuel Elias Rosa, foi efetuada a leitura do expediente,
44 que aqui se dá como reproduzido e transcrito, ficando o mesmo arquivado em pasta anexa à ata,
45 dela fazendo parte integrante.

46

47 De seguida procedeu-se à análise e votação da ata:

48 - Sessão realizada em 26 de fevereiro de 2021.

49 Deliberação: Aprovada por maioria com 9 votos a favor da CDU, 3 votos contra e 5 votos a favor
50 do PS, 1 voto a favor da Coligação “Viver Alcácer” e 1 voto a favor do BE.

51

52 A Presidente da Assembleia informou que foram entregues à Mesa, a Moção A “Pelo regresso do
53 transporte público ferroviário ao concelho e região”, pela Bancada da CDU, o Voto de Saudação ao
54 25 de abril e o Voto de Saudação ao 1º de maio, pela Bancada do BE.

55

56 A Moção A “Pelo regresso do transporte público ferroviário ao concelho e região”, apresentado pela
57 Bancada da CDU, que aqui se dá como reproduzido e transcrito, ficando anexo à presente ata, da
58 mesma fazendo parte integrante.

59 Houve intervenções dos Deputados Serafim Inocêncio, Mariana Caixeirinho e Rui Damião, da
60 Bancada do PS, dos Deputados Ricardo Campos, Jacinto Vinagre, José Balona e José Passos, da
61 Bancada da CDU, do Deputado Frederico d’Orey da Bancada da Coligação “Viver Alcácer” e do
62 Deputado Filomeno Herlander da Bancada do BE.

63 Após análise e discussão, foi deliberado aprovar por maioria com 13 votos a favor da CDU, 10
64 votos contra do PS, 1 voto a favor da Coligação “Viver Alcácer” e 1 voto favor do BE, a Moção A.

65

66 O Voto de Saudação ao 25 de abril, apresentado pela Bancada do BE, que aqui se dá como
67 reproduzido e transcrito, ficando anexo à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

68 Após análise e discussão, foi deliberado aprovar por unanimidade o Voto de Saudação.

69 O Voto de Saudação ao 1º de maio, apresentado pela Bancada do BE, que aqui se dá como
70 reproduzido e transcrito, ficando anexo à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

71 Após análise e discussão, foi deliberado aprovar por unanimidade o Voto de Saudação.

72

73 Interpelação ao Executivo:

74 Pela Bancada da CDU, pelo Deputado Jacinto Vinagre foi colocada a seguinte questão:

75 1 – Solicitou informações sobre o areeiro de Castelo Ventoso.

76

77 Pela Bancada do PS, pelo Deputado Serafim Inocêncio foram colocadas as seguintes questões:

78 2 – Questionou se o executivo tem conhecimento das condições em que vivem os migrantes em
79 Alcácer do Sal e se têm condições de salubridade para viverem de uma forma digna.

80 3 – Em relação ao areeiro de Castelo Ventoso, questionou qual o ponto de situação e se tinham
81 conhecimento da ampliação que está a ser feita.

82

83 Pela Bancada do PS, pelo Deputado Rui Damião foi colocada a seguinte questão:

84 4 – Questionou se estão a tomar medidas para recolocar o cais de S. Pedro no seu local original,
85 que está atravessado no rio e poderá causar acidentes à navegação, pois não tem iluminação.

86

87 Pela Bancada da CDU, pelo Deputado Manuel Rocha foi colocada a seguinte questão:

88 5 – Salientou a importância de duas ações feitas pela melhoria dos cuidados de saúde no Litoral
89 Alentejano, nomeadamente no concelho de Alcácer do Sal e as ações do Município e da União de
90 Freguesias de Alcácer do Sal no reforço na capacidade de resposta através das extensões de
91 saúde. O Deputado disse ter ouvido que a viatura de suporte imediata de vida vem para Alcácer do
92 Sal em setembro e considerou que vem com sete anos de atraso.

93 Questionou se o executivo tinha mais informações relativamente às melhorias e ao reforço dos
94 cuidados de acesso à saúde, se vai haver reforço de médicos, enfermeiros e técnicos, no
95 seguimento da resolução e das ações que foram feitas.

96

97 Pela Bancada do PS, pela Deputada Ana Cananão foi colocada a seguinte questão:

98 6 – Solicitou que fosse feita uma intervenção no lago da Praça Bernardim Ribeiro, porque há um
99 problema com os motores que fazem o circuito da água e a água do lago está castanha.

100

101 Pela bancada da CDU, pelo Deputado Ricardo Campos foi colocada a seguinte questão:

102 7 – Referiu que a estrada da Ameira está a abater, uma obra feita pelo anterior executivo, que
103 possivelmente foi mal executada, por uma empresa privada com fiscalização da Câmara e
104 comparou com a obra da Azinhaga de Rio de Clérigos, feita pela CDU, com administração
105 semidirecta feita pela EMSUAS, que foi bem executada.

106

107 Pela Bancada do PS, pelo Deputado António Birra, foi colocada a seguinte questão:

108 8 – Referiu que há muito tempo que alerta para a necessidade de ser arranjada a estrada de S.
109 Romão.

110 9 – Disse que é uma vergonha o estado do lago da Praça Bernardim Ribeiro, que tem sido
111 reportado à Câmara pelo Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, mas ainda não foi resolvido.

112 10 – Referiu que um outdoor partidário foi vandalizado, não quer acusar ninguém e espera que se
113 faça uma queixa-crime contra desconhecidos. Acrescentou que o PCP tem cartazes do género, na
114 via pública e nunca foram vandalizados.

115 O Deputado considerou que a Freguesia do Torrão é uma filha bastarda, que foi e continua a ser
116 desprezada, mercê do resultado eleitoral de 2017, retirando pessoal de certos serviços.

117 Disse que o Presidente da Câmara já devia estar mentalizado e adaptado às contrariedades
118 políticas.

119

120 A Presidente da Assembleia, interrompeu o Deputado, referindo que este período se destina a
121 fazer perguntas ao executivo, assim a questão do outdoor é uma situação política, que deverá ser
122 resolvida entre os partidos em local próprio. Por essa razão não vai permitir resposta a esta
123 questão.

124

125 Pela Bancada da CDU, pelo Deputado José Balona, foi colocada a seguinte questão:

126 11 – Questionou o executivo, se houve dificuldades de programação e execução das
127 Comemorações do 25 de abril e se ficaram satisfeitos com o resultado final. Salientou que,
128 apesar das circunstâncias atuais da pandemia, conseguiram manter os valores
129 assinalando a data, nomeadamente, o hastear da bandeira com a presença das bandas do
130 concelho e o fogo-de-artifício. Realçou os espetáculos online e o programa televisivo
131 realizado no concelho.

132

133 Pela Bancada da CDU, pela Deputada Deolinda Florêncio, foi colocada a seguinte
134 questão:

135 12 – Reforçou o que foi dito pelo Deputado José Balona, realçando o agrado dos
136 munícipes da Freguesia da Comporta relativamente ao programa televisivo realizado numa
137 data com muito significado para todos e agradeceu ao executivo todas as decisões
138 tomadas para que a iniciativa acontecesse.

139

140 O Deputado António Grilo, fez uma interpelação à mesa, referindo que nesta sessão e em
141 outras sessões assistiram a várias intervenções de Deputados e de público, que não fazem
142 interpelações ao executivo e não foram interrompidos pela Presidente da Assembleia e,
143 nesta sessão, a Presidente da Assembleia interrompeu o Deputado António Birra e por
144 uma questão de coerência deverá fazê-lo sempre.

145

146 A Presidente da Assembleia esclareceu que interrompeu o Deputado António Birra porque
147 foi mencionado um outdoor político, que deve ser resolvido pelos partidos.

148

149 Pela Bancada do PS, pelo Deputado António Grilo, foi colocada a seguinte questão:

150 13 – Questionou o executivo, relativamente aos dados de execução do contrato local de
151 desenvolvimento social do concelho, nomeadamente, ao nível das metas e objetivos já
152 atingidos e na sua abrangência.

153

154 Decorrido o período de interpelação ao Executivo, segue-se o período de respostas por parte do
155 Presidente da Câmara e Vereadores.

156

157 A Vereadora Ana Soares respondeu às seguintes questões:

158 7 – Relativamente à questão do Deputado Ricardo Campos sobre a estrada da Ameira, disse que,
159 por vezes, quando se executam obras públicas existem algumas anomalias que não se conseguem
160 detetar na execução da obra e são questões que são difíceis de avaliar. Salientou que os
161 funcionários municipais são mais valiosos do que qualquer empresa e que, independentemente dos
162 executivos, os funcionários têm provas dadas do trabalho, da dedicação e do conhecimento que
163 têm para executar essas obras.

164

165 6 – Em relação à questão colocada pela Deputada Ana Cananão, sobre o lago da Praça Bernardim
166 Ribeiro, disse que irá verificar o que se passa.

167

168 O Vereador Manuel Vítor respondeu às seguintes questões:

169 1 – Relativamente à questão do Deputado Jacinto Vinagre e do Deputado Serafim Inocêncio sobre
170 o areeiro de Castelo Ventoso, referiu que após o pedido de informações por parte da Câmara sobre
171 as diligências tomadas pelas entidades com responsabilidades nessa matéria, foi obtida uma
172 resposta da DGEG (Direção-Geral da Energia e Geologia), que solicitou uma reunião por
173 videoconferência. A reunião realizou-se no dia treze de março e em discussão esteve uma nova
174 exploração num terreno com noventa e dois hectares, para uma pedreira. O Vereador Manuel Vítor
175 disse que a posição do Município, na reunião, foi de que não discutia e não estava disponível para
176 o reconhecimento de interesse público ou para emitir parecer sobre uma nova exploração sem ser
177 abordada a mina existente pelos impactos negativos ambientais e sociais na população.
178 Acrescentou que, na reunião chegaram à conclusão que o processo não estava devidamente
179 construído e instruído, não passaria para situação decisória, era necessário efetuar um estudo de
180 impacto ambiental e a DGEG deveria mandar suspender a atividade da exploração. Informou que,
181 foi rececionado no dia quinze de abril um ofício da DGEG a solicitar uma nova reunião presencial
182 com a participação do Município, da DGEG e a SIFUCEL e que a mesma ficou agendada para o
183 dia vinte de maio. Informou, também, que no dia catorze de abril rececionaram uma carta da
184 SIFUCEL a prestar alguns esclarecimentos e informações sobre o processo, que não trouxe nada
185 de novo ao processo.

186

187 O Vereador Nuno Pestana respondeu à seguinte questão:

188 12 – Relativamente à questão do Deputado António Grilo, sobre o CLDS, disse que das doze
189 ações do projeto, sete estão em curso e espera que nas próximas duas semanas, tendo
190 em conta o desconfinamento, colocar em curso mais duas ações. Disse que há dois eixos,
191 um virado para as famílias desprotegidas e outro virado para os idosos e para o
192 envelhecimento ativo, combatendo o isolamento dos idosos. Acrescentou que há muito
193 trabalho que está a ser feito de secretária, que ainda não tem visibilidade e, com a
194 pandemia não tiveram hipótese de juntar pessoas.

195

196 O Presidente respondeu às seguintes questões:

197 2 – Em relação à questão do Deputado Serafim Inocêncio, sobre os migrantes, o Presidente referiu
198 que o que se está a passar em Odemira é muito grave, há cerca de onze mil migrantes e está
199 previsto chegarem cerca de mais cinco mil trabalhadores. Acrescentou que, que a CIMAL na última
200 reunião, por unanimidade, aprovou o envio de uma carta ao 1.º Ministro, subscrevendo o texto e a
201 posição da Câmara de Odemira, de descontentamento sobre o que se está a passar.

at

202 Relativamente às explorações em Alcácer do Sal, o Presidente disse que não têm a dimensão do
203 número de trabalhadores que há em Odemira, não se conhecem casos ativos de COVID-19, há um
204 conjunto de responsabilidades partilhadas pelo SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), pelo
205 ACT (Autoridade para as Condições do Trabalho), pela saúde e pela GNR (Guarda Nacional
206 Republicana).

207

208 5 – Em relação à questão do Deputado Manuel Rocha sobre a saúde, o Presidente disse que não
209 havia novidades relativamente ao reforço de médicos. Referiu que, há um grande défice de
210 médicos e deve haver mais incentivos para os enfermeiros e os médicos se fixarem no Alentejo
211 Litoral.

212 Sobre a viatura de suporte imediato de vida saúde, o Presidente informou que participou numa
213 reunião, convidado pela comissão de utentes, onde ouviu intervenções de alguns Deputados
214 Municipais da CDU e uma Deputada do PS disse que o suporte imediato de vida é reivindicado há
215 muito e que poderiam processar o estado por não estar a cumprir. O Presidente referiu que devem
216 ser aproveitadas verbas do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) que possam contribuir para
217 a saúde no concelho, nomeadamente em centros de saúde e extensões de saúde.

218

219 10 - Em relação à intervenção do Deputado António Birra, dizendo que o Torrão é a filha bastarda,
220 o Presidente referiu que é uma afirmação muito grave e que o Torrão nunca foi e nunca será filho
221 bastardo do concelho de Alcácer do Sal, porque deste sempre a Câmara Municipal tem feito um
222 caminho de investimento no Torrão. O Presidente informou que, a Associação Humanitária de
223 Bombeiros Mistos de Torrão tem um apoio de cem mil euros por ano, foi executada a obra no plano
224 de mobilidade no valor de quinhentos e trinta mil euros, a Sociedade 1º de Janeiro e a Sociedade
225 FUT tem sido apoiadas, a Santa Casa da Misericórdia do Torrão foi apoiada com setenta mil euros
226 para obras, foram feitas obras no Mercado Municipal do Torrão e há a manutenção e o trabalho da
227 Câmara relativamente à água e ao tratamento de efluentes no Torrão.

228 O Presidente referiu que, no Torrão os serviços que foram encerrados foram da Segurança Social e
229 não teve nada a ver com a Câmara Municipal.

230 O Presidente disse que a extensão de saúde do Torrão está num edifício municipal e a Câmara
231 está a pagar a uma médica, com motorista e viatura da Câmara, para ir ao Torrão. Mencionou
232 também que a Câmara Municipal está a dar transporte às pessoas do Torrão para serem
233 vacinadas.

234 4 – Relativamente à questão do Deputado Rui Damião sobre o cais de S. Pedro, o Presidente disse
235 que a obra do cais da Margem Sul, que está em situação de maior perigo, já está adjudicada e que
236 posteriormente serão os outros cais da cidade.

237

238 11 – Em relação à questão do Deputado José Balona, sobre as comemorações do 25 de abril,
239 informou que tiveram sete mil e oitocentas visualizações no concerto online do Paulo de Carvalho e
240 na sessão do 25 de abril andou também por esses valores.

241

242 Terminado o período de antes da ordem do dia, houve lugar ao período da ordem do dia, cuja
243 convocatória, se encontra anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

244

245 A Presidente da Assembleia Municipal, na sequência do acordado com os líderes das bancadas,
246 pediu para retirar o ponto da Eleição de quatro representantes e um suplente para integrarem a
247 Assembleia Intermunicipal da CIMAL (art.º 83º da Lei n.º 75/2013, 12 de setembro) e para ratificar o
248 procedimento tomado pela Presidente do Órgão de acordo com a proposta apresentada pela Mesa
249 da Assembleia, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa à presente ata, da
250 mesma fazendo parte integrante.

251 Foi aprovado por unanimidade retirar o ponto e ratificar o procedimento, então tomado sobre a
252 indicação de representante para Assembleia Intermunicipal da CIMAL.

253

254 Feita a introdução à proposta referente à proposta referente à recusa de transferências de
255 competências para o Município de Alcácer do Sal e Entidade Intermunicipal no âmbito da Ação
256 Social, por parte do Presidente da Câmara, foi posta à discussão para análise e votação a proposta
257 n.º 02 da referida convocatória.

258 Houve intervenções por parte da Bancada do PS (Deputado António Grilo), da Bancada da
259 Coligação “Viver Alcácer” (Deputado Frederico D’Orey) e da Bancada do BE (Deputado Filomeno
260 Herlander).

261 Deliberação: Aprovada por maioria com 13 votos a favor da CDU, 10 abstenções do PS, 1 voto a
262 favor da Coligação “Viver Alcácer” e 1 voto a favor do BE.

263 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
264 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

265 Feita a introdução à proposta referente à nomeação com efeitos retroativos, no âmbito do
266 procedimento de contratação da prestação do serviço de auditoria externa às contas do Município

267 de Alcácer do Sal, por parte do Presidente da Câmara, foi posta à discussão para análise e votação
268 a proposta n.º 03 da referida convocatória.

269 Houve intervenções por parte da Bancada do PS (Deputado Serafim Inocêncio), da Bancada do BE
270 (Deputado Filomeno Herlander) e do Presidente da Câmara.

271 Deliberação: Aprovada por maioria com 13 votos a favor da CDU, 10 abstenções do PS, 1 voto a
272 favor da Coligação “Viver Alcácer” e 1 voto a favor do BE.

273 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
274 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

275

276 A informação referente ao relatório de atividades, foi posta à discussão para análise e
277 conhecimento a proposta n.º 04 da referida convocatória.

278 Foi tomado conhecimento da informação.

279 A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará
280 anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

281

282 Intervenções do Público (Artigo 21 do Regimento)

283 No período de intervenção do público, não foram efetuadas inscrições.

284

285 A Minuta da ata, foi lida e aprovada por unanimidade, produzindo efeitos imediatos.

286 A referida minuta fará parte integrante da presente ata.

287 À presente sessão corresponde a gravação n.º 02/2021 arquivada nos serviços da Assembleia
288 Municipal.

289 Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão pelas vinte
290 e uma horas e cinco minutos, do dia trinta de abril do ano dois mil e vinte e um. Eu, Nuno Manuel
291 Carvalho e Carla de Jesus Vaquinhas Rocha, assistentes técnicos, redigimos a presente ata, que
292 assinamos com a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal.

293

294 A Presidente da Assembleia Municipal

295

296 
297

298 Os Assistentes Técnicos

299

300 
301

301 



CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV

DE
ALCÁÇER DO SAL
DELIBERAÇÃO
APROVADA por MAJÓRIA
COM 10 VOTOS CONTRA
DO PS.



Moção

Pelo regresso do transporte público ferroviário ao concelho e região

A moção que apresentamos serve para alertarmos para o descuido que os governantes têm tido com a rede ferroviária nacional, e principalmente com a falta de comboios a pararem no nosso concelho e que faziam ligações entre as várias localidades vizinhas, o que nos desagrada, visto o desinvestimento que foi feito durante o período de 2005 até aos dias de hoje, sendo que a parte mais negativa foi a retirada dos comboios regionais, e a paragem na estação de Alcácer do Sal em 2011, aquando da construção da variante ferroviária. Para reduzir em 7 minutos a viagem de Lisboa para o Algarve, o governo resolveu com a passividade do executivo municipal da altura, retirar a paragem de comboios de passageiros da mesma, pois anteriormente a 2005 com o executivo da CDU, tinha sido negociado entre a C.M.A.S., a CP/REFER e RN horários compatíveis em que a C.M.A.S. assegurava com transportes urbanos a ligação entre as 2 estações, a fim de fazer ligações para complementar os 2 serviços e facilitar a mobilidade da população e por conseguinte a viabilidade de manutenção das paragens de transportes entre as várias vertentes locais e regionais.

Em conclusão exigimos que sejam revistos e reativados todos os pontos de paragem ferroviária, a fim de facilitar a mobilidade das populações ao longo da mesma, visto ser um trajeto viável e de grande utilidade para todos, além de contribuir para a não emissão de poluição.

Assim, a Assembleia Municipal de Alcácer do Sal reunida a 30 de Abril de 2021, exige:

1. A reposição dos comboios regionais na linha do Sado até Sines e automotora
2. O regresso dos intercityes/Alfa a parar em Alcácer do Sal e Setúbal

Os eleitos da CDU

Assembleia Municipal de Alcácer do Sal

VOTO DE SAUDAÇÃO AO 25 DE ABRIL

É tempo de celebrarmos o “25 DE ABRIL”. Saudarmos o 47º aniversário da Revolução de Abril, que através da ação desencadeada pelos Capitães de Abril, apoiada pelo Povo, fez ruir a ditadura fascista do Estado Novo, pôs fim à PIDE, acabou com a censura, libertou os presos políticos e terminou com a guerra colonial. A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais.

Devemos celebrar as conquistas da Liberdade e dos direitos fundamentais que foram adquiridos, nomeadamente na saúde, que veio proporcionar a criação do Serviço Nacional de Saúde, na educação, que deu lugar à criação da Escola Pública, no direito à habitação e nos direitos dos trabalhadores, dando lugar a uma maior dignidade para quem trabalha.

Continuaremos a defender a Constituição da República, como um dos maiores legados do 25 de Abril, onde estão consagradas muitas destas conquistas. Numa altura em que são colocados em causa os direitos adquiridos com o 25 de Abril, devemos relembrar os princípios constitucionais pelos quais lutámos e que alguns estão tão determinados em nos roubar: Que todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. Que ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

Devemos defender o Estado Social e com ele o funcionamento dos serviços públicos, como algo imprescindível para uma resposta eficaz a toda a situação criada pela pandemia SARS-Cov-2.

Defender Abril é garantir o reconhecimento e valorização dos salários e carreiras de todos os trabalhadores e estar na primeira linha na luta contra a precariedade, na defesa do emprego.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
ALCÁÇER DO SAL
DELIBERAÇÃO

APROVADO POR
UNANIMIDADE

Sessão de 30/04/2021
A Mesa,

CA

Para o Bloco de Esquerda, defender Abril é vencer a crise pandémica e as crises económica e social, recusando políticas de austeridade que tantas vidas destruíram num passado recente.

Para recuperar a economia e o país, são necessárias transformações estruturais, relançar o investimento nacional, criando assim emprego que se quer de qualidade, bem como estimular o consumo interno. Para tudo isto sabemos que são necessárias políticas de esquerda que não defraudem os eleitores combatendo assim os populismos e a extrema-direita.

Assim, a Assembleia Municipal de Alcácer do Sal reunida a 30 de Abril de 2021, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de Março, delibera:

1. Saudar as lutas dos trabalhadores e das populações da cidade que em defesa da nossa saúde asseguram serviços como a recolha do lixo, a venda de bens essenciais, os transportes, o correio, a limpeza e manutenção das estruturas e a escola pública na garantia de alimentação de emergência;
2. Saudar o trabalho de todos os profissionais na área da saúde no combate à pandemia em curso, em particular a todo o SNS e seus profissionais.

O deputado municipal do Bloco de Esquerda

Assembleia Municipal de Alcácer do Sal

VOTO DE SAUDAÇÃO AO 1º DE MAIO

No dia 1 de maio de 1886, em Chicago, milhares de trabalhadores saíram às ruas exigindo direitos laborais. Este dia é lembrado pelo slogan que ficou a ecoar na história “Oito horas de trabalho, oito horas de lazer, e oito horas de descanso”, mas também pela trágica morte de vários ativistas, mortos pela repressão policial que disparou cegamente sobre a multidão que exigia direitos e dignidade. Apesar da repressão os trabalhadores continuaram a luta, que viria a resultar, anos mais tarde, em ganhos de direitos e de liberdade para a maioria da classe trabalhadora.

Em Portugal, o 1º de Maio de 1974, realizado oito dias após o 25 de Abril, depois de décadas de repressão do Estado Novo, foi uma explosão de democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o Estado Social, a Segurança Social, o direito a cuidados de saúde públicos, à educação, à habitação, o direito ao trabalho e ao salário, a luta pelo pleno emprego, o reconhecimento às férias e aos subsídios de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300\$00 (16,50€). Foi também após esta data que se consagraram ainda o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como um novo movimento do trabalho ao nível das empresas, as Comissões de Trabalhadores.

Portugal atravessa hoje um período muito complicado, com trabalhadores em lay-off, trabalhadores precários a serem despedidos ou ameaçados, falta de condições de higiene sanitária para trabalhar (locais de contacto com o público onde não são fornecidas luvas, nem máscaras para trabalhar) e um aumento generalizado de insegurança e desemprego.

A defesa do emprego mostra-se determinante para a recuperação económica e social de todas e todos.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
ALCÁÇER DO SAL
DELIBERAÇÃO

APROVADO POR
UNANIMIDADE

Sessão de 30.04.2021
A Mesa.


Antevendo uma grave crise económica e de direitos dos trabalhadores, faz ainda mais sentido relembrar todos os direitos conquistados e defender todas e todos no direito a um emprego estável e a um salário condigno.

No Município de Alcácer do Sal, são preocupantes as situações das trabalhadoras e dos trabalhadores, com a escassez de oferta de emprego, agravada com a pandemia de Covid19, nomeadamente nos sectores hoteleiro e de restauração.

Assim, a Assembleia Municipal de Alcácer do Sal reunida a 30 de Abril de 2021, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de Março, delibera:

1. Saudar o 1º de Maio e fazer votos para que seja o momento agregador das várias gerações e saudar nele a coragem de todos os homens e mulheres que exigem dignidade, defesa da democracia e de desenvolvimento pelo progresso social, defesa do emprego, salário ou pensão e da prestação de um serviço público.
2. Saudar as lutas dos trabalhadores e das populações da cidade que em defesa da nossa saúde asseguram serviços como a recolha do lixo, a venda de bens essenciais, os transportes, o correio, a limpeza e manutenção das estruturas e a escola pública na garantia de alimentação de emergência;
3. Saudar o trabalho de todos os profissionais na área da saúde no combate à pandemia em curso, em particular a todo o SNS e seus profissionais;

O deputado municipal do Bloco de Esquerda